

Domínio hídrico: inventário de documentos de titularidade disponíveis *on-line*, no site do Arquivo Municipal

A Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro, prorroga até 1 de julho de 2014 o prazo para obter o reconhecimento de direitos adquiridos por particulares sobre parcelas de leitos e margens públicos, intentando a correspondente ação judicial junto dos tribunais comuns devendo, para o efeito provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objeto de propriedade particular ou comum antes de 31 de dezembro de 1864 ou, se se tratar de arribas alcantiladas, antes de 22 de março de 1868.

Considerando que o Arquivo Municipal de Constância detém à sua guarda algumas séries documentais da época que podem auxiliar os interessados na prova de título privado, tais como: - *Registos de Autos de Abertura de Testamentos*; *Registos de Testamentos*; - *Autos de Contas de Encargos Pios*; - *Inventários de Irmandades e Juntas de Paróquias*; - *Livros de Notas*.

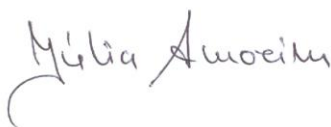
Considerando que a afluência de utentes ao Arquivo Municipal de Constância, que procuram informação documental relacionado com os recursos hídricos, tem aumentado.

A Câmara Municipal de Constância, através do Arquivo Municipal, opta por disponibilizar de forma integral a documentação através do portal *web* do Arquivo Municipal de Constância, disponível em <http://arquivo.cm-constancia.pt>, facilitando o acesso aos interessados, tornando essa tarefa rápida, gratuita e permitindo pesquisas mais objetivas.

Disponibiliza-se, igualmente, o recenseamento de algumas das tipologias de documentos que poderão servir de base para a prova de titularidade dos recursos hídricos adquiridos por particulares sobre parcelas de leitos e margens públicos.

Para mais informações, devem os interessados contactar o Arquivo Municipal de Constância, através do número 249 730 284, ou do endereço de correio eletrónico arquivo.municipal@cm-constancia.pt.

A presidente da Câmara,



Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim